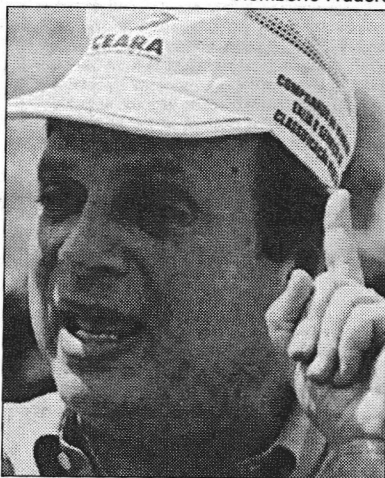


Ajuste fiscal deve ficar para depois do segundo turno

A divulgação do pacote de ajuste fiscal com o qual o Governo espera uma economia de R\$ 25 bilhões, entre aumento de receita e cortes de despesas, poderá ficar para depois do dia 25, para não interferir no processo eleitoral. O adiamento já é dado como certo por lideranças do Congresso, entre elas, o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira. O pacote deverá obrigar estados e municípios a ajustes pesados de seus gastos e isso poderia prejudicar os candidatos a governadores aliados do Governo no segundo turno.

Além do aumento da CPMF, o Governo está propenso também a propor ao Congresso a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e aumentar de 20% para 30% as receitas desvinculadas dos repasses obrigatórios a estados e muni-

Humberto Pradera



TASSO: condições políticas

cípios. Esta decisão, aliás, é bem aceita pelo governador reeleito do Ceará, Tasso Jereissatti, que ontem se reuniu com o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Há condições políticas para isso", disse Tasso, antes do

encontro com o ministro.

O Governador do Ceará pediu a Malan que mude os critérios de definição de déficit primário dos estados e passe a considerar como receitas os valores arrecadados com a privatização de estatais estaduais. Hoje isso não é feito e quando os gastos em investimentos feitos com a receita da venda das empresas são considerados déficit pelo Governo Federal.

Tasso também pediu a Malan² que assegure aos estados, na reforma tributária, condições de oferecer estímulos a empresas que vão se implantar nos estados. Estes estímulos acabarão com o fim do ICMS. "Ou o Governo faz isso, ou crie mecanismos de desconcentração de renda", afirmou.

AGUINALDO NOGUEIRA

Repórter do Jornal de Brasília